

3

Totalitarismo em português: diálogo político-ideológico lusobrasileiro

Ao que se pode notar as relações culturais entre Brasil e Portugal acabam por abrir caminho para as afinidades político-ideológicas, principalmente após a outorga da Constituição Brasileira de 1937 que, semelhante à Constituição Portuguesa de 1933, desenvolve políticas públicas voltadas para a valorização da nacionalidade e para o resgate da tradição.

Seguindo as tendências políticas totalitárias adotadas diante da derrocada da democracia liberal nos anos 30, Brasil e Portugal – resguardando suas diferenças – não fogem a essa regra, haja vista a instituição, nos dois países, do chamado Estado Novo que, no Brasil, sob o comando de Getúlio Vargas, tem seu início em novembro de 1937 (quando é promulgada a nova Constituição), chegando a termo em outubro de 1945 (quando da deposição de Vargas); e que, em Portugal, na maior parte do tempo, sob o domínio de Salazar (que é afastado do poder em 1968), vai de 1933 até abril de 1974, quando o então chefe dos ministérios, Marcelo Caetano, se rende à Revolução dos Cravos.

Centralizador, autoritário, nacionalista e conservador, o Estado Novo, no Brasil e em Portugal – ainda que sejam independentes um do outro e diferentes entre si em muitos aspectos – além de flertar com alguns princípios do catolicismo, reconhecendo a religião como condição prioritária para assegurar o Estado nacional (o que lhe garantiu o apoio dos intelectuais católicos), procura, aqui e lá, recuperar práticas autoritárias advindas da própria tradição, sem, no entanto, deixar de incorporar outras, mais modernas, que acabam por fazer da propaganda e da educação instrumentos de adaptação da sociedade à nova realidade pretendida pelo Estado.

Marcada por uma visão tradicionalista e pelo autoritarismo, a ideologia política estado-novista tanto no Brasil quanto em Portugal, pela valorização e resgate da cultura nacional e por sua proposta de adotar o que é “novo”, envolveu intelectuais de diferentes matizes políticos e de várias áreas do saber, o que só veio reforçar o papel do intelectual enquanto intérprete e produto da

pretensa unidade nacional proposta pelo Estado.

No entanto, se faz necessária uma reflexão sobre a liberdade de atuação desses intelectuais. O que se poderia iniciar pela análise das consequências do extenso controle exercido pelos órgãos de imprensa e propaganda criados por esses regimes que, com o intuito de garantir a coesão nacional e de “zelar” pelo bem público em detrimento dos interesses individuais, controlavam a circulação de ideias, exercendo, sem meias palavras, o papel de cerceadores das liberdades individuais.

Na constituição portuguesa de 1933, início do Estado Novo em Portugal, há um parágrafo especial referente a esse controle da opinião pública que, segundo Heloísa Paulo ³⁶, diz que “toda liberdade de expressão, que não é formalmente proibida é controlada com o objetivo de *impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de salvaguardar a integridade moral dos cidadãos.*”³⁷ Para tal fim é criado, em 25 de setembro de 1933, o Secretariado de Propaganda Nacional de Portugal.

Sob a responsabilidade do intelectual António Ferro o SPN busca utilizar-se não só de todo e qualquer instrumento de lei que possa lhe garantir a propaganda oficial do regime, incluindo aí o “controle sugestivo” do rádio, do cinema e da imprensa, como também procura se concentrar nos meios legais de controle da informação. Tudo isso com o fim de “velar pela unidade de orientação de todos os serviços públicos no que respeita a propaganda e à informação”.³⁸

De forma semelhante e com os mesmos objetivos, é criado no Brasil, sob os auspícios do Estado Novo de Getúlio Vargas, o Departamento de Imprensa e Propaganda que, subordinado diretamente à presidência da república, possui a dupla função de propagandear o ideário do regime e de assumir o papel de censor.

Dirigido inicialmente pelo jornalista integralista Lourival Fontes, o DIP procura garantir não só “a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime em defesa da cultura, da unidade espiritual e da

³⁶ PAULO, H.Op. Cit., p.73.

³⁷ Portugal, Constituição (1933). Artigo 20, parágrafo 2º. Apud: PAULO, Heloísa. Op. Cit. p. 73.

³⁸ Portugal, Constituição (1933). Nº1, Artigo 3 do Decreto nº30.320, de março de 1940. Apud: PAULO, Heloísa. Op. Cit. p. 77.

civilização brasileira”³⁹, como também o exercício limitado da liberdade de expressão, com o fim de garantir “paz, ordem e segurança pública”, “moralidade e bons costumes”, “interesse público” e “bem estar do Estado”.⁴⁰

Assim, ainda que em meio ao controle e à censura, no Brasil, como em Portugal, a presença de intelectuais em cargos públicos é notável. Não só - como era de se esperar - dos ideólogos e apologistas do regime, como o brasileiro Cassiano Ricardo ou o português António Ferro, intelectuais cuja noção de democracia autoritária e nacionalista se enquadrava ideologicamente ao Estado Novo, como também daqueles que se mantinham à margem do discurso oficial e que conciliavam suas “colaborações oficiais” com a posição de intelectuais atuantes: o pintor e escritor português Almada Negreiros, mesmo tendo colaborado com o governo Salazar ao criar um cartaz para o Secretariado de Propaganda Nacional de Portugal⁴¹, trouxe a público sua insatisfação com o regime: “As construções do Estado multiplicam-se a olhos vistos, porém as paredes estão nuas como seus muros, como um livro aberto sem nenhuma história para o povo ler e fixar”⁴². Caso parecido acontece com Drummond, como bem lembrou Antonio Candido:

Carlos Drummond de Andrade “serviu” o Estado Novo como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela de sua dignidade ou autonomia mental. Tanto assim que as suas ideias contrárias eram patentes e foi como membro do Gabinete do ministro Capanema que publicou os versos políticos revolucionários de **Sentimento do mundo** [1940] e **Rosa do povo** [1945].⁴³

O que nos leva a questionar o porquê desse “vínculo” entre os intelectuais e o governo e até que ponto vai a liberdade de atuação desses intelectuais, já que o Estado, nesse momento, procura absorvê-los como coparticipantes de seu projeto de governo.

Nessa atmosfera constituída pela ideologia estado-novista, chamada por

³⁹ Artigo I, Capítulo 1, do Regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda. In: *DIP Criação e organização do Departamento de Imprensa e Propaganda*, p.14.

⁴⁰ Brasil, Constituição (1937). Alíneas a, b, e c do nº15 do Artigo 122. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2010.

⁴¹ Em 1933, Almada Negreiros elabora um cartaz/propaganda para o SPN, intitulado *Votai uma nova constituição*.

⁴² NEGREIROS, J. A., *Obras Completas*, p.55.

⁴³ CANDIDO, A. “Prefácio”. In: MICELI, S. Op. Cit., p.XI.

Sérgio Miceli⁴⁴ de cooptadora, a produção simbólica parece se restringir não a um grupo homogêneo de intelectuais – já que o intelectual, seja ele de direita ou de esquerda, “depende diretamente do Estado, razão pela qual a sua atividade está diretamente vinculada à compreensão que o poder oficial possui da liberdade individual”⁴⁵ – mas aos recortes de um discurso que pretende preservar os fundamentos do Estado, de maneira a assegurar-lhe a estabilidade e a resguardá-lo da crítica.

Recortes esses que – utilizando parte do conceito de arquivo proposto por Jacques Derrida em seu livro *Mal de Arquivo*⁴⁶ – selecionados por um olhar instituidor e conservador⁴⁷ ou, nesse caso, manipulador e repressivo, pretendem, antes de mais nada, estabelecer a legitimação de uma ideologia política, acabando por instituir um roteiro, ou um caminho previamente traçado a ser seguido por quem quer que tenha acesso a esses recortes.

A memória social desse período guarda alguns traços que marcaram os dois países: no Brasil, além da popular (e populista) figura de Getúlio Vargas, têm destaque o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁴⁸, órgão responsável por supervisionar os mais diversos instrumentos de comunicação de massa, além de produzir e divulgar o noticiário oficial, a temida polícia política oriunda do Tribunal de Segurança Nacional (ilegal perante a própria constituição⁴⁹, que vedava expressamente a criação deste tipo de tribunal), cujas primeiras leis formam revistas e “endurecidas” pelo então Ministro da Justiça Francisco Campos, ainda em 1935, tendo sido chefiada por Filinto Müller, a construção do Ministério de Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, principal

⁴⁴ MICELI, S.Op. cit.

⁴⁵ MELLO F. *Introdução à realidade brasileira*, p.173.

⁴⁶ Segundo Derrida, a palavra arquivo, devido o duplo sentido original da palavra *Arkhé*, é, ao mesmo tempo, lugar de origem e lugar de poder. In: DERRIDA, J. Op. Cit.

⁴⁷ DERRIDA, J. Op. cit. p. 17.

⁴⁸ Denominado, mais tarde de Departamento Nacional de Informação (DNI) em 1946 e Agência Nacional (AN) de 1947 até o fim do governo militar.

⁴⁹ Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, “aproveitando-se do estado de exceção, que na prática suspendia a vigência constitucional, o Estado [brasileiro] criava uma instituição permanente [...] para reprimir o que considerava, conforme a nova versão da Lei de Segurança Nacional, subversão contra a forma de organização do Estado.” Referência: “Os tribunais da ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo”. In: PINTO, A. & MARTINHO, F. (Org.). *O corporativismo em português – Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*, p.281.

responsável por tentar fazer da educação⁵⁰ (ao lado da propaganda) um dos pilares da nova realidade social vivida pelo Brasil, para o qual colaboraram inúmeros intelectuais da cena modernista brasileira, dentre eles, o pintor Candido Portinari, que decorou o referido prédio com seus conhecidos painéis modernistas da série “ciclos econômicos” ; a Rádio Nacional e sua conhecida “Voz do Brasil” através da qual se ouviam os pronunciamentos oficiais e a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, ao lado dos aliados; em Portugal, a presença quase onipresente da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) / PVDE (Polícia de vigilância e de Defesa do Estado), espinha dorsal do sistema repressivo adotado por Salazar, que contava com larga rede de “informantes” e que podia, amparada pelos tribunais especiais, efetuar prisões sem qualquer tipo de mandado ou fiscalização, a Mocidade Portuguesa de Marcelo Caetano, cuja inscrição era obrigatória para os jovens do ensino primário e secundário e que instigava os jovens a defender o regime de incursões oposicionistas, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)⁵¹ criado por António Ferro com o intuito não só de propagandear o regime, mas também de fazer as vezes de órgão censor, os painéis modernistas de Almada Negreiros, artista convidado pelo governo a colaborar com a propaganda oficial do regime, a inauguração, nos anos 40, do Museu de Arte Popular de Lisboa, que procurava resgatar a tradicional ideia de nação rica em folclore e cultura popular, as greves operárias e a reorganização dos partidos oposicionistas (1942-1944), a neutralidade de Portugal no tocante à 2ª Guerra e, certamente, a política colonialista, corporativista e antiliberal de António Oliveira Salazar. Tudo isso são apenas pequenos retalhos do enorme tecido de acontecimentos que foi o Estado Novo, tanto no Brasil, quanto em Portugal, como se verá a seguir.

3.1. O Estado Novo português

É sabido que o Estado Novo é um regime oriundo de um clássico golpe militar e não fruto do assalto ao Poder de um partido mais ou menos milicianizado. A União Nacional, que ele criou como partido único, estritamente subordinado à política e ao aparelho estatais, nunca foi um partido “revolucionário”, vanguardista, de mobilização de massas, tendente

⁵⁰ Inúmeras medidas foram tomadas no sentido de “ensinar” o civismo nas escolas, dentre elas estão a obrigatoriedade da disciplina Educação Moral e Cívica e o hasteamento da bandeira do Brasil, acompanhado do Hino Nacional, cantado pelos alunos.

⁵¹ Que a partir de 1945 passa a ser o Secretariado Nacional de Informação e Turismo (SNI).

à destruição ou à subversão do Estado à imposição de uma estrutura de poder partidarizada, fortemente ideologizada, recorrendo ao terror massivo para estabelecer o império exclusivo da sua concepção de mundo.⁵²

Advindo de uma providencial aliança entre diversas correntes de direita⁵³ (fascistizantes ou não), unidas em prol do repúdio ao desacreditado sistema liberal, o Estado Novo, sob a tutela do autoritarismo salazarista, antiliberal e intervencionista, reflete não só a recusa do demoliberalismo, mas principalmente a força do nacionalismo corporativo e o intervencionismo econômico-social.

Assim, o novo regime português, “herdeiro” dos aparelhos repressivos da ditadura militar que o antecedeu, embasado nas origens ideológicas da direita radical e mesmo do tradicionalismo católico, começa a dar mostras de suas raízes fascistizantes, se impondo não só pelo controle absoluto exercido pelo chefe de governo – amparado pela União Nacional, partido único (embora não respondesse formalmente como tal) presidido pelo próprio Salazar – como também pela censura, estabelecida ainda em 1926, que controlava todo e qualquer serviço de propaganda e pela presença repressora e doutrinadora da polícia política e das chamadas milícias, Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa⁵⁴, responsáveis, respectivamente, por proteger os Estado da “ameaça vermelha” advinda da vizinha Espanha e por politizar os jovens portugueses.

Longe se ser a figura carismática (típica dos governos nacionalistas) emergida das massas, pronta a representar de forma heróica os anseios do povo, António Oliveira Salazar, educado num meio católico tradicionalista, estudou e lecionou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – o que lhe garantiu sucessivas indicações para a pasta das Finanças durante a ditadura militar do início os anos 30 – antes de se tornar Presidente do Conselho pelo Partido da União Nacional durante o Estado Novo.

“De temperamento anti-revolucionário, centrista, pragmático e avesso às

⁵² ROSAS, F. *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*, p. 250.

⁵³ “Chamando a direita católica, a direita republicana, os integralistas e os fascistas à plataforma comum que a União Nacional, enquanto partido único, consagrará, o salazarismo reflete, na sua expressão institucional, na sua ação política ou na sua orientação econômica, um complexo, instável e frequentemente contraditório equilíbrio de interesses.” In: ROSAS, F. Op. cit, p. 169.

⁵⁴ “A mocidade portuguesa foi concebida à imagem das organizações congêneres da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler, tendo adotado, como aquelas, a saudação romana - Braço estendido, em frente, à altura do ombro.” In: AZEVEDO, C. *A censura de Salazar a Marcelo Caetano*, p. 289.

multidões, não parecia ser o chefe forte, cheio de fé, para quem todos olham confiados [...]”⁵⁵. Ao contrário, reservado e provinciano – ainda que atento à política internacional e fiel à manutenção de suas ideias antiliberais e antidemocráticas – foi o “ditador catedrático”⁵⁶ que geriu Portugal e seu “império colonial”⁵⁷ de forma sistemática e autoritária.

Desde 1933, ano em que é instituído, e durante toda a segunda metade dos anos trinta, o Estado Novo segue, no campo econômico, com seu nacionalismo protecionista, ancorado, principalmente, na exploração de suas colônias; o que fez de Portugal, um país periférico face aos demais países europeus e estruturalmente dependente do exterior, já que a exploração colonial, somada a uma industrialização pouco ou mal desenvolvida e totalmente vinculada ao Estado, além de não possuir condições de competitividade internacional, não garantia sua auto-sustentabilidade.

Já no que toca à ligação do Estado com a Igreja católica, a constituição portuguesa de 1933, ainda que reconheça a liberdade de culto público⁵⁸, atribuiu, ao catolicismo, segundo Maria Inácia Rezola⁵⁹, lugar privilegiado enquanto religião da Nação portuguesa, o que, nos anos 40, se formalizou através da Concordata firmada entre a Santa Sé e o Estado, que apesar de se pautar no princípio legal de separação do Estado e das Igrejas, fez do catolicismo o principal instrumento de enquadramento das massas aos ideais do salazarismo⁶⁰.

Tal como os demais regimes de matriz fascista, o salazarismo empreendeu um trabalho sistematizado em favor de seus valores político-ideológicos. Tanto assim que realiza, através da chamada Educação Nacional (idealizada pelo Ministro da Educação Carneiro Pacheco), uma orientação ideologizada do ensino com vistas a politizar os jovens, distanciando-os, pois, da iminente “ameaça” representada pelas correntes políticas socialistas ou comunistas.

⁵⁵ PRETO, R. *Salazar e a sua época*. Comentário às entrevistas do atual Chefe de Governo ao jornalista António Ferro. In: FERRO, A. *Entrevistas a Salazar*, p. 9-10.

⁵⁶ Ibid.loc.cit.

⁵⁷ Ibid.loc.cit

⁵⁸ Artigo 46 da Constituição Portuguesa de 1933. CANOTILHO, Margarida. “A Constituição de 1933”. In: *1933: A Constituição do Estado Novo*, 2008, pp. 6–29.

⁵⁹ REZOLA, M. “A Igreja Católica Portuguesa e a consolidação do salazarismo”. In: MARTINHO, F. PINTO, A. *O corporativismo em português*.

⁶⁰ “Uma sintonia de posições bem expressa no lema do regime, *Deus, Pátria, Autoridade, Família*, e que cedo dá os seus frutos, com amplos proventos para ambas as instituições.” In: Ibid. p. 257.

No início dos anos 40, quando, na Europa, já sopravam os ventos de uma guerra, a princípio dominada pelo nazismo e pelo fascismo, o Estado Novo português, parece viver uma espécie de simulacro de calma e prosperidade, “Uma ilha de paz num mundo em guerra”. É assim que, em meio a esta encenação, em 2 de junho de 1940, é realizada, sob a supervisão de António Ferro, a Exposição do Mundo Português, que propunha, principalmente, a divulgação e o resgate do passado glorioso de Portugal, cuja concepção se baseava na reinvenção de uma “identidade nacional”, no “regresso à simplicidade da vida”, na “doçura dos sentimentos” e na “pureza dos costumes” - palavras retiradas, segundo Margarida Acciaiuoli⁶¹, de um discurso proferido por Salazar “À Embaixada dos portugueses no Brasil” que se haviam deslocado à Lisboa. E que, de acordo com Fernando Rosas⁶², representavam “o papel essencial da manipulação legitimadora da História, tornada instrumento central da propaganda do Regime”.

Nestes termos, em que a arte é utilizada como propaganda nacional, evocando assim a grandeza do império português e de seus heróis, inúmeros são os artistas e intelectuais convidados pelo diretor do Secretariado de Propaganda Nacional a participar, não só da grande Exposição do Mundo Português, como também da propaganda oficial em si. É a chamada “geração da ordem”⁶³ no dizer de José Augusto França que, tendo caído nas graças de António Ferro – que, nesse momento, não via qualquer incompatibilidade entre a Arte Moderna (mesmo aquela cujo valor estético fosse tido como revolucionário) e os ideais morais do Estado Novo – podia conciliar sua consciência ética e pragmática com o “financiamento” oficial.

Essa integração de intelectuais que pudessem servir ao Estado Novo por essa via ampla e “consensual” fez mesmo que [...] escritores e artistas da oposição tivessem colaborado com ele de forma consciente ou inconsciente.⁶⁴

Entretanto, Portugal não escapa aos efeitos da II Guerra. Nem sua fachada de país pacificado nem tampouco os esforços de uma estratégica política de neutralidade – ainda que fiel à Aliança lusobritânica – conseguem livrar o país

⁶¹ ACCIAUOLI, M. *Exposições do Estado Novo (1934 – 1940)*, p. 84.

⁶² ROSAS, F. Op. cit, p. 259.

⁶³ FRANÇA, J. op.cit. p. 84.

⁶⁴ TORGAL, L. *Estados Novos, Estado Novo*, p. 123.

da grave escassez de combustíveis, matérias primas industriais e bens alimentares essenciais, mais notadamente em 1941, quando os preços daqueles produtos dispararam, chegando, alguns, a sofrer racionamento. Situação esta que se arrasta até o final de 1942, ano que marca o início da vitória dos Aliados sobre o Eixo, já praticamente consumada, no ano seguinte, com a derrota alemã em Stalingrado e com a queda de Mussolini e do fascismo na Itália.

A partir de então, os impactos da guerra se fazem notar não só no campo econômico, como também no campo social, quando estouram as greves operárias.

A escassez de gêneros alimentícios, a fome, a desvalorização dos salários e o aumento da precariedade no tocante às condições de vida dos portugueses durante a guerra, acabam por fazer eclodir manifestações, greves e protestos por parte não só do operariado industrial, como também dos assalariados rurais, provocando agitações sociais que tomaram conta da maior parte do país, desde a primeira, em 1941, na Indústria de Lanifícios da Covilhã, até as greves rurais que ocorreram entre 1944 e 1945, principalmente no Ribatejo e no Alentejo, onde aconteciam, constantemente, sabotagens, incêndios, saques e atentados com o intuito de reivindicar, além da melhoria dos salários (congelados pelo governo), uma comercialização mais justa dos produtos agrícolas, que, nesse momento, tinham preços tabelados pagos ao produtor rural. A partir de então, o regime irá viver a primeira (mesmo que superada) crise política grave de sua história.

O descontentamento popular, as insurgências contra a velha e estagnada ordem ruralista e a iminente vitória dos aliados na 2ª Guerra irão representar um duro golpe para o então enfraquecido autoritarismo português. E ainda assim, finda a guerra “nada de essencial na natureza política do regime havia a mudar.”⁶⁵ Apenas algumas concessões são feitas no que refere ao novo ambiente democrático do pós-guerra.

Com o apoio da Grã-Bretanha e com a prosperidade de seu império colonial na África, Portugal sai reforçado do conflito. Condição esta que parece ter sido a mola propulsora para remodelar o regime a seu favor e continuar lutando, com o apoio das forças armadas, contra a modernização industrial e

⁶⁵ Ibid. p. 332.

contra o reformismo rural, mantendo, assim, seu corporativismo totalitário.

Entretanto, a vitória da democracia no pós-guerra e as crescentes manifestações populares de cunho antifascista, acabam por “forçar” o governo a rever sua constituição antidemocrática, criada ainda nos anos 30. E Salazar, dissolvendo a Assembleia Nacional, convoca novas eleições legislativas, aceitando estrategicamente a candidatura da oposição para concorrer com a União Nacional.

É nesse contexto que acontece a reorganização do Partido Comunista Português e, conseqüentemente, o aparecimento de novos partidos oposicionistas, ligados, em sua maioria, ao Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), que logo são dissolvidos ou boicotados pelo governo.

A partir de então, apesar das várias tentativas de Salazar de resistir à nova ordem internacional amparada por ideais democráticos, o governo convoca, em outubro de 1949, eleições para a Assembleia Nacional na qual a oposição quase não é notada e por meio da qual Salazar reafirma sua soberania.

É o Estado Novo de Salazar que segue, não sem resistência⁶⁶, pelas décadas seguintes, até 1974, quando o regime dá seu último suspiro.

3.2. O Estado Novo no Brasil

Independente do Estado Novo de Salazar, o Estado Novo brasileiro, ainda que tenha o mesmo nome e que seja com aquele parecido em muitos aspectos – principalmente no que se refere aos fundamentos teóricos de cariz fascista – guarda diferenças importantes do regime português, não só pelo tempo de duração, que no Brasil se dá num ciclo de 8 anos, enquanto que o salazarismo de mantém por mais de 40, como também pela personalização simbólica presente na figura dos dois chefes de Estado: se Getúlio Vargas era a figura carismática (ainda que autoritária) que conduzia o Brasil rumo a modernização, o conservador “Sala-

⁶⁶ “O Regresso ao ‘viver habitualmente’ nos anos 50 trouxe consigo a ilusória imagem do imobilismo e da estagnação. De uma aparência, efetivamente, se tratava. Sob a ‘invisibilidade’ criada pela censura, pela ausência de liberdades, pelo peso do conservadorismo dominante, a sociedade portuguesa iniciava um dos mais profundos processos de mudança estrutural da sua história, não obstante poderosos fatores sociais e políticos de resistência que subsistiam, condicionando negativamente o ritmo e o alcance das transformações modernizadoras.” In: ROSAS, F. op. cit. p., 371.

zar acabou por se impor não por suas qualidades carismáticas de chefe, e sim muito mais por seus dons táticos no interior do aparelho governamental”⁶⁷.

Fruto do golpe de estado liderado por Vargas, com o apoio do General Góes Monteiro e das Forças Armadas, o Estado Novo o Brasil se iniciou através de uma estreita ligação entre civis e militares que, alardeados pela ameaça do suposto Plano Cohen⁶⁸, se uniram em prol do combate ao crescimento do comunismo no Brasil.

Após o golpe, Vargas assume a presidência e, em 10 de novembro de 1937, dissolve o Congresso Nacional e assina a Nova Constituição Brasileira, elaborada por Francisco Campos, dando início, assim, ao Estado Novo que, por sua vez

Não produziu uma doutrina oficial única e seus postulados não se pautaram em cânones doutrinários rígidos, como foi o caso dos fascismos, entretanto, estes postulados davam enfoques distintos dentro do que se pode chamar uma matriz doutrinária comum⁶⁹.

Getúlio Dornelles Vargas, nascido em São Borja (RS), em 1882, elegeu-se nos anos 20 pelo Partido Republicano Rio Grandense, deputado estadual e deputado federal. Foi Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-27) e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930), além de chefiar o movimento revolucionário de 1930, através do qual assumiu em novembro deste mesmo ano o Governo Provisório (1930-34).

Entre 1937 e 1945, duração do Estado Novo, Vargas deu continuidade à estruturação do Estado, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico.

O mito Vargas constrói-se à base de um múltiplo jogo de imagens que o mostram ora como um homem comum, identificado com o povo, ora com político eficiente, realizador de inúmeras reformas na ordem social, ora como verdadeiro líder, investido de dotes especiais⁷⁰.

⁶⁷ MUSIEDLAK, D. “Conclusão”. In: PINTO, A, MARTINHO, F. op. cit. p.357.

⁶⁸ Atribuído ao *Komintern* (central comunista internacional), o referido plano – que, descobriu-se mais tarde, fora forjado pelos próprios militares, para facilitar o golpe de Estado – pretendia tomar o poder.

⁶⁹ OLIVEIRA, L. “Tradição política”. In: _____ & GOMES, A. (Orgs). *Estado Novo, ideologia e poder*, p.32.

⁷⁰ *Ibid.* loc. cit.

Reformador por excelência, Getúlio Vargas, “o pai dos pobres”, “o “construtor do Brasil novo”, “o mecenas do Modernismo brasileiro” prioriza não só o vínculo entre o povo e o chefe, por meio de reformas que amparam os trabalhadores e a gente comum – como a criação, na legislação trabalhista, do salário mínimo (que curiosamente ficou congelado de 1942 a 1947) e das férias remuneradas, ou na área da saúde, com a realização de obras de saneamento básico – como também procura dar enfoque ao crescimento da economia, favorecendo a industrialização – criação, em Volta Redonda (RJ), da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - e, claro está, também soube angariar o apoio da elite intelectual que era formada, em sua maioria, por grupos dominantes de diversos níveis econômicos e ideológicos, dentre os quais grupos de artistas de renome do Modernismo brasileiro, interessados no resgate de valores tradicionais da cultura local. Sendo possível inclusive acompanhar a trajetória de muitos intelectuais que participaram ativamente de grupos modernistas e que, ao mesmo tempo, se integraram no projeto cultural do Estado Novo.

Foi o tempo da negociação da dívida externa, do crescimento da industrialização e, principalmente, do fortalecimento de uma campanha em favor da entrada do Brasil na Guerra, já que, em resposta ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, provocado pelo torpedeamento de 19 navios mercantes brasileiros por parte da Alemanha, claro está, fez com que Vargas, em 31 de agosto de 1942, decretasse estado de guerra contra a Alemanha e a Itália, enviando para combate, em 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e as Forças Armadas Brasileiras (FAB).

Ainda que tenha produzido um discurso que enfatizava o caráter não arbitrário do Estado, a política estadonovista combatia sim a democracia, entretanto procurava manter certa margem de liberdade não só de ação, como também de pensamento, haja vista a presença de variações ideológicas significativas em sua doutrina oficial, que, por si só, traduzem um certo ecletismo em suas propostas. Daí a historiadora brasileira Ângela de Castro Gomes classificá-lo como “democracia autoritária”⁷¹.

Antiliberal, a política econômica estadonovista, conduzida pelo Ministro da Fazenda Sousa Costa, garantiu seu intervencionismo estatal criando novas leis

⁷¹ GOMES, A. “Autoritarismo e corporativismo no Brasil”. In: PINTO, A, MARTINHO, F. (Org.). Op. Cit., p.90.

com o objetivo de consolidar no país uma estrutura sindical baseada no corporativismo, no entanto reconhecia o capital, a propriedade privada e a importância da livre iniciativa empresarial. No que difere do Estado Novo português dos anos 40 que, com o intuito de pregar a ideia do “Portugal Rural” e tradicionalista, pouco investia no crescimento da indústria, além de deter o controle absoluto sobre os salários.

No que diz respeito à ligação entre Igreja e Estado, diversamente da maioria dos regimes nacionalistas e fascizantes, houve uma tentativa, por parte do ministro Francisco Campos, ainda em 1934, de fazer da Igreja católica, “fonte de inspiração ideológica”⁷² para a legitimação política do novo regime proposto por Vargas. Tentativa esta que, ainda que não tenha se concretizado em sua íntegra – já que a liberdade de culto religioso é amparada por lei⁷³ – legitima, de certa forma, uma ligação velada entre a Igreja e o Estado, quando a Constituição Brasileira de 1937 reintroduz o ensino religioso nas escolas, mesmo que em caráter facultativo⁷⁴. Além disso, sob a liderança do arcebispo Dom Sebastião Leme, o intelectual católico Alceu Amoroso Lima e o Padre Leonel Franca, articulam um movimento a favor da educação superior católica, que logo gera frutos, com a aprovação, em 1940, pelo Conselho Nacional de Educação, da criação das Faculdades Católicas, que em 1946 alcançam o *status* de Universidade.

Já a proposta do “novo” vem associada às condições da realidade nacional distintas das ideias importadas da Europa da época da implementação da Primeira República. O novo está, portanto, ligado ao retorno ao que era destacado como nossas origens, raízes brasileiras. Dentro destas premissas, podia-se buscar no passado aquilo que de mais pertinente caracterizaria o espírito brasileiro, como o localismo, representado pelo reconhecimento da cultura popular e o personalismo - este, obviamente, assumido pela figura de Vargas, que no discurso estadonovista, atinge proporções verdadeiramente carismáticas: “Pela ideia que consubstancia e pelas qualidades excepcionais de que é dotado, como a intuição e a racionalidade”⁷⁵.

⁷² SCHWARTZMAN, S. et.al. *Tempos de Capanema*, p.36.

⁷³ Brasil, Constituição (1937) Artigo 122. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21dez. 2010.

⁷⁴ Brasil, Constituição (1937) Artigo 33. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21dez. 2010.

⁷⁵ VELLOSO, M. “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual”. In: LIPPI, L. et. al. *Estado Novo, ideologia e poder*, p.95.

3.3. Um “parêntese” para governo Dutra⁷⁶

Em 1945, Vargas, imbuído dos ardis políticos que lhe eram característicos, soube, pressionado pelo crescente apoio à volta das instituições democráticas, em consequência da vitória dos Aliados na 2ª Guerra Mundial, acenar em favor da realização de eleições diretas, mesmo que para tanto tivesse que ser destituído de sua posição de chefe de governo – ou seja, se retirou estrategicamente, para se candidatar e ser eleito presidente da república novamente em 1951.

Assim, foi desenvolvido, ao final de 1945, o processo eleitoral que sagrou, em 30 de outubro de 1945, o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o Estado Novo, o militar de carreira Eurico Gaspar Dutra (com o apoio do próprio Getúlio Vargas).

Ex-Ministro da Guerra do próprio Getúlio, Dutra, eleito, opta, no contexto da Guerra Fria, por tomar o partido dos EUA, rompendo relações com a URSS e cassando o mandato de todos os parlamentares do partido comunista.

A política econômica de seu governo deu continuidade ao plano desenvolvimentista do governo anterior, mas, diferente do protecionismo adotado por Vargas, foi marcada pelo incentivo à instalação de empresas estrangeiras, pela importação e, conseqüentemente, pela queda da indústria nacional e crescimento da dívida externa.

Ainda que aparentemente mais democrática que a constituição estadonovista, a nova constituição aprovada por Dutra em 1946, garantia: novas eleições diretas, a igualdade dos cidadãos, liberdade de associação, com direito à greve – ainda que mantivesse os sindicatos como órgãos de colaboração do Estado – liberdade de crença e culto e liberdade de pensamento – ainda que houvesse a censura e esta incidisse sobre espetáculos públicos, peças de teatros e radionovelas.

Nesse ínterim, o DIP, um dos pilares de sustentação do Estado Novo – que já começara a sofrer represálias por parte dos intelectuais, ainda em 1943, quando estes, amparados pela iminente vitória da democracia sobre os regimes totalitários, reivindicavam, se não o fim da censura, ao menos uma maior liberdade de

⁷⁶ Já que a revista **Atlântico** sobreviveu ao fim do Estado Novo no Brasil, se faz necessária uma breve explicação sobre o Governo Dutra, que compreende os anos de 1945 a 1950, período em que são publicadas as duas últimas séries da revista.

atuação – é finalmente extinto, tomando seu lugar, o Departamento Nacional de Informações (DNI).

Entretanto, a censura permanece ativa. Mesmo que no Decreto Lei 7.582 de 25 de maio de 1945 estivessem previstos estímulos às “atividades espirituais”, que incluíam (em tese) apoio e incentivo aos “artistas, intelectuais e instituições culturais o país”⁷⁷.

Com as mesmas cinco divisões do DIP, o DNI uniu a Divisão de Censura a de Divulgação e como seu principal interesse era “coordenar e difundir toda espécie de informações relativas ao Brasil”⁷⁸, principalmente a distribuição à imprensa do Noticiário Nacional, que incluía pouco mais do que o serviço fotográfico de eventos ligados ao governo, resta ao DNI, “fazer a censura do cinema, teatro, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão [...] e, nos casos previstos em lei, da literatura social e da imprensa.”⁷⁹

Portanto, ainda que favorecido pela abertura concedida através da implementação do novo regime democrático, o Brasil governado por Dutra parece seguir, em muitos aspectos, a cartilha repressiva do Estado Novo. Dentre as ações mais representativas de seu governo estão, além da proibição dos jogos de azar, a criação da Rodovia Presidente Dutra, principal ligação entre o Rio de Janeiro e São Paulo, e a criação da Escola Superior de Guerra.

⁷⁷ Brasil, Constituição (1945). Decreto Lei nº 7.582, de 22 de Maio, Artigo 3º, Item B. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21dez. 2010.

⁷⁸ Idem. Item A. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21dez. 2010.

⁷⁹ Idem. Artigo 2º, Item E. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21dez. 2010.